



NOTÍCIAS MUNDANAS E OUTROS DIZERES

PF NA COLA DO DONO DE EMPRESA DE SEGURANÇA NA MESMA OPERAÇÃO NA FARIA LIMA CONTRA A LAVAGEM DE DINHEIRO DO PCC.



O Metrôpoles nos brindou ontem, dia 20 de setembro, com uma matéria com o título: “Justiça manda abrir teia de fundos da Faria Lima e apavora empresários” e o subtítulo: “Credores caçam 250 milhões de empresários que tem R\$ 0 nas contas, mas são suspeitos de esconder milhões em fundos da Faria Lima”.

A notícia não foi replicada e escrachada nos “balanços Gerais” da vida. Notícia desse tipo, que mira o “andar de cima” quase sempre é tratada nas poucas mídias especializadas.

Até nós outros costumamos colocar este tipo de leitura em segundo plano.

Mais eis que chama a atenção daqueles que militam na proteção de trabalhadores terceirizados, que estão sempre vigilantes e no combate a caloteiros de toda a espécie que a notícia diz respeito uma estrelada liderança empresarial do setor de vigilância, limpeza e gestão privada de prisões, sediada em Goiás, mas que já embolsou muito dinheiro em contratos na Esplanada dos Ministérios, além de ter presidido a Fenavist – federação das empresas de Vigilância, a Febrac – federação das empresas de limpeza e ainda hoje ocupa cargos na CNC – Confederação Nacional do Comércio e no sistema Sesc/Senac.

Este é o mesmo GRUPO CORAL que faliu, mas antes da decretação da falência forjou uma recuperação judicial - RP que lesou centenas de trabalhadores, contando, infelizmente, com o apoio, conivência e complacência de lideras sindicais vendidas.

Na época desta tal RP o que bem se falava a “boca pequena” por toda Goiânia era que o dinheiro dos trabalhadores e os impostos sonegados pelos donos da Coral tinha sido convertido em barras de ouro.

Mas agora sabe-se que, além disso, o esquema também migrou para a “lavanderia” dos Fundos de Investimentos e foi parar na Faria Lima junto com

os esquemas das facções criminosas que entraram na mira da Justiça e da Polícia Federal e o que parecia morto, ressuscita no meio em que circulam bem, a sonegação e criminalidade.

Triste também é ainda ver lideranças sindicais se dizendo “amiguinhos” e a serviço de patrões caloteiros, como na recente e anômala recuperação judicial da Gocil.

Leia abaixo a matéria da Metrôpoles e acompanhe outras. Vem mais coisas por aí.

Justiça manda abrir teia de fundos da Faria Lima e apavora empresários

Credores caçam R\$ 250 milhões de empresários que têm R\$ 0 nas contas, mas são suspeitos de esconder milhões em fundos da Faria Lima



Dona de um grupo empresarial goiano que chegou a ser um grande player do ramo de serviços terceirizados até entrar em falência, a família do empresário Lélío Carneiro trava batalhas judiciais

para tentar blindar seu patrimônio de credores. Nos últimos meses, juízes em diferentes processos mandaram abrir uma teia de fundos de investimento da Faria Lima, suspeita de ser usada pelo clã.

Em um dos casos, a Justiça já reconheceu que os Carneiros têm usado esse mecanismo do mercado financeiro para ocultar seus bens. Em outro processo, o Judiciário enfrenta a resistência da administradora do fundo em informar quem é seu beneficiário final.

Como mostrou o Metrôpoles nesta semana, na série de reportagens sobre os “fundos caixa-preta” da Faria Lima, a estrutura de um fundo de investimentos dentro de outro tem sido usada com frequência por empresários para blindar seus patrimônios de dívidas e, agora, está na mira da Polícia Federal (PF) por abrigar dinheiro atribuído ao crime organizado.

Um levantamento do Metrôpoles rastreou 177 fundos, com patrimônio acumulado de R\$ 55 bilhões, que não possuem auditoria ou que foram considerados inauditaíveis por falta de documentos. Desses fundos, 68 têm como seus únicos acionistas outros fundos, uma estrutura de camadas que dificulta identificar quem é o dono dos recursos.

A caixa-preta do Grupo Coral

No caso do Grupo Coral, da família Carneiro, a União mapeou uma fileira de fundos de investimentos em busca de R\$ 250 milhões em impostos que deveriam ter sido recolhidos pelos empresários. Bancos e representantes de investidores também procuram recursos desses fundos, sob a alegação de que eles foram criados para esconder dinheiro de Lélío e de seus familiares.

À Justiça a gestora de fundos Reag Investimentos, que é investigada pela Polícia Federal, pela Receita Federal e pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) por suspeita de lavagem de dinheiro para o crime organizado no setor de combustíveis, resiste a informar quem são o investidor e o beneficiário final. Vale destacar que a Reag foi um dos principais alvos das operações deflagradas no fim de agosto.

Dono de diversas empresas de serviços de limpeza, vigilância e outros de mão de obra terceirizada, o Grupo Coral teve falência

decretada pela Justiça de Goiás em 2015. Ele ganhou destaque no noticiário quando um de seus braços, uma administradora de presídios federais, abandonou a gestão do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, onde uma guerra entre facções terminou com um massacre de 56 presos, em 2017.

Em agosto deste ano, o empresário Lélío Carneiro Junior, filho do fundador da companhia, fez parte de um grupo de investidores que propôs ao clube Vila Nova-GO, da Série B do Campeonato Brasileiro, R\$ 500 milhões para transformá-lo em uma Sociedade Anônima do Futebol (SAF). O negócio seria feito em parceria com a Reag.

Dois meses antes da proposta ao Vila Nova, a pedido de um credor, a Justiça tentou bloquear R\$ 1,4 milhão do patriarca da família, Lélío Carneiro, mas encontrou as contas dele zeradas. Em um processo que corre em segredo de Justiça, foi encontrada uma fortuna ligada à família em uma teia de fundos de investimentos e empresas, uns ligados aos outros. Tudo foi bloqueado pela Justiça para quitar uma dívida de R\$ 250 milhões com a União. O mapeamento dessa cadeia de fundos foi feito pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A teia de fundos é tão complexa que a Procuradoria fez diversos infográficos para explicar à Justiça o caminho do dinheiro. Em resumo, os recursos saem de uma das empresas dos Carneiros e passam por outras quatro companhias antes de chegar a dois fundos que investem em um mesmo fundo da Reag, que, por sua vez, compra títulos de dívida de uma empresa chamada Firenze, cuja sociedade informal é atribuída à família.

“A organização societária, como exibida, confirma que ambas as emissões de debêntures beneficiam empresas e fundos de investimentos que, ao fim, pertencem a Lélío e Frederico, que se utilizaram das camadas de pessoas jurídicas e patrimônios afetados como tentativa de ocultar a própria participação na emissão de debêntures

de Firenze e, por conseguinte, a própria aquisição do grupo via emissão de títulos de dívida”, afirma a procuradoria.

Além de praticar a empreitada futebolística, a Reag gere esses fundos acusados de blindar o patrimônio dos Carneiros. Intimada a abrir quem são os cotistas de um deles em um processo de outro credor, a gestora se recusou a dar a informação completa e se restringiu a informar que Lélío Carneiro não é seu investidor. Levou uma dura do juiz do caso, que afirmou que as administradoras são obrigadas a fornecer essa informação para satisfazer execuções judiciais.

Após a Justiça mandar a Reag informar quem são os cotistas do fundo Reag 78, quem apelou para que a informação continuasse sem publicidade foi o próprio Lélío Carneiro, patriarca da família. Segundo seus advogados, a abertura dos cotistas do fundo determinada pela Justiça configura um “típico caso de devassa incompatível com o regime legal e com os parâmetros constitucionais”. Na última semana, um desembargador de Goiás negou o pedido.

No último mês, a Reag foi alvo de busca e apreensão na megaoperação que mirou o setor de combustíveis, por suspeita de gerir fundos usados na lavagem de dinheiro bilionária ligada ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

Na longa teia de investigados aparecem como principais beneficiários de alguns dos fundos Mohamad Mourad, conhecido como “Primo”, e Roberto Augusto Leme, o “Beto Louco”, sócios ocultos da formuladora Copape e da distribuidora Aster, suspeitas de sonegarem R\$ 7,6 bilhões.

Procurada pelo Metrôpoles, a família de Lélío Carneiro não quis se manifestar sobre o caso. Após a publicação da reportagem, o empresário Lélío Carneiro Júnior afirmou que, “após a deflagração da Operação Carbono Oculto, tomou a decisão de encerrar sua relação com a gestora Reag”. “Esse processo vem sendo conduzido em estrita conformidade com a legislação aplicável.”

“Em relação às empresas do chamado Grupo Coral, controladas por seu pai, Lélío Júnior destaca que nunca integrou o quadro societário dessas companhias e, portanto, não pode ser responsabilizado por obrigações ou problemas decorrentes da gestão de terceiros”, afirma.

Segundo o empresário, “seu posicionamento reflete a postura pautada pela legalidade e pela transparência, afastando, de forma categórica, qualquer tentativa de associar seu nome a práticas ou situações com as quais ele não tem nenhum vínculo ou ingerência”.

Após ser alvo da Operação Carbono Oculto, a Reag emitiu nota afirmando que “não há qualquer participação da empresa ou de seus executivos em operações de ocultação de patrimônio ou de lavagem de dinheiro” e que “nunca manteve, mantém ou manterá qualquer relação com grupos criminosos, incluindo o PCC, nem com quaisquer atividades ilícitas”.

A Reag também afirma que “atua em linha com as normas vigentes no mercado financeiro e de capitais” e que há diversos fundos de investimentos mencionados na operação que nunca estiveram sob sua administração ou gestão.

“Em relação aos fundos de investimento que a empresa manteve prestação de serviço, sua atuação sempre foi diligente e proba, e os fundos foram, há meses, objeto de renúncia ou liquidação. Sua trajetória demonstra práticas sólidas de governança e transparência, com base em ética e rigor técnico”, diz trecho da nota.

“A Reag seguirá atuando com ética, diligência e transparência, sem qualquer tolerância a desvios, sempre em colaboração com as autoridades e em defesa de um mercado financeiro saudável e de seus clientes e investidores”, conclui.

Fonte: METROPOLES - Luiz VassalloArtur
RodriguesFabio Serapiao

Ação denuncia Santander no show da Katy Perry: “Não respeita funcionários”

Material gráfico, em inglês, foi entregue para os fãs da cantora na entrada da apresentação em Brasília. Santander patrocina turnê



Fãs da cantora Katy Perry que chegaram ao estádio Mané Garrincha, em Brasília (DF), onde a cantora se apresenta na noite desta sexta-feira (19/9), receberam panfletos com críticas ao banco Santander, que patrocina a turnê da estrela do pop no Brasil.

O material, sem nenhuma assinatura, exibía a frase em inglês: “Your main sponsor doesn’t respect their own workers” (Seu patrocinador principal não respeita seus próprios trabalhadores, em tradução livre).

O Santander foi denunciado formalmente por práticas como o fechamento em massa de agências e terceirização irregular de serviços essenciais. A denúncia foi protocolada na Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça, como mostrou o Metrôpoles.

O texto protocolado na pasta apontava que as medidas estariam sendo implementadas pelo Santander desde 2020 e que as mudanças não teriam sido acompanhadas pela adequada compensação por canais de atendimento equivalentes, afetando, principalmente, populações de baixa renda e com acesso limitado a tecnologias digitais.

Ao mesmo tempo, ainda segundo a denúncia à Senacon, a terceirização sistemática das atividades do banco, com a criação e utilização de empresas com CNPJs distintos e com Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) distinta da atividade bancária, fragiliza as estruturas de atendimento ao consumidor, além de diminuir o vínculo com os canais tradicionais de supervisão e responsabilização do setor bancário.

A denúncia foi apresentada pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, em conjunto com a deputada federal Érika Kokay (PT-DF) e com o deputado distrital Chico Vigilante (PT).

Fonte: METROPOLES - Gabriella FurquimJade Abreu

PF encerra atividade de segurança privada clandestina em Porto Velho/RO

Resultado de ação de fiscalização para garantir prestação de serviço de segurança privada dentro dos parâmetros legais



A Polícia Federal realizou, no domingo (21/9), uma ação de fiscalização em uma casa noturna localizada em Porto Velho, com o objetivo de combater a atuação irregular de empresas de segurança privada.

A operação foi motivada por denúncia anônima, que indicava a presença de vigilantes atuando sem autorização da Polícia Federal. Durante a fiscalização, os policiais federais constataram que os serviços de segurança estavam sendo prestados por empresa não autorizada, o que configura atividade clandestina.

Como resultado, foi lavrado auto de encerramento da atividade irregular, e os responsáveis foram notificados. A Polícia Federal reforça que a contratação de segurança privada sem autorização representa risco à integridade física dos frequentadores e ao patrimônio do estabelecimento, uma vez que os profissionais não passam por controle de antecedentes criminais, formação técnica, nem avaliação de aptidão física e psicológica.

A ação faz parte dos esforços contínuos da Polícia Federal para garantir que os serviços de segurança privada sejam prestados dentro dos parâmetros legais, protegendo a sociedade e coibindo práticas irregulares.

FONTE: Comunicação Social da DPF/RO



JORNAL DO SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS VIGILANTES

SINDSEGUR



FORTALECENDO A RESISTÊNCIA! NEGOCIAÇÕES SALARIAIS EM DESTAQUE



ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O TEMA 1118 DO STF E AS TERCEIRIZAÇÕES

Na última palestra ministrada pela Dra. Ileana Mousinho, Subprocuradora-Geral do Trabalho e Conselheira do Conselho Superior do MPT, tivemos uma análise aprofundada sobre os impactos do tema no cenário jurídico e sindical. A Dra. Ileana Mousinho, que é Subprocuradora-Geral do Trabalho e Conselheira, deu uma palestra fundamental na Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Norte (OAB/RN). Ela fez uma análise clara sobre como um certo tema impacta na Justiça e nos Sindicatos, algo que afeta diretamente a vida dos trabalhadores.

O evento, que serviu para debater e aprender muito, foi uma iniciativa da Comissão Sindical da OAB/RN. Estivedam presentes representantes do Sindicato dos Bancários, advogados e estudantes de Direito. O Sindsegur esteve representado pelos diretores Gerson Gomes (Comunicação) e Ivanildo Praxedes (Jurídico).

A atividade foi fundamental para apropriação das regras e os direitos que interessam à categoria.

Agradecemos à Comissão Sindical da OAB/RN pela chance de participar desse momento importante para a nossa luta e para buscar mais conhecimento.



19 DE SETEMBRO DE 2025

INFORME SINDICAL

REUNIÃO NO MTE DISCUTE AUXÍLIO SAÚDE
PARA TRABALHADORES DA SEGURANÇA



@sindsegur

No dia 19 de setembro, o SINDSEGUR/RN, representado pelo Diretor Presidente Márcio Lucena, pelo Diretor de Assuntos Jurídicos Ivanildo Praxedes e pelo advogado Dr. Diogo Jácome (RAM Advogados), participou de reunião de mediação no MTE/SRT/RN com a empresa Chagas & Rocha e a tomadora Ministério da Justiça/PRF/RN.

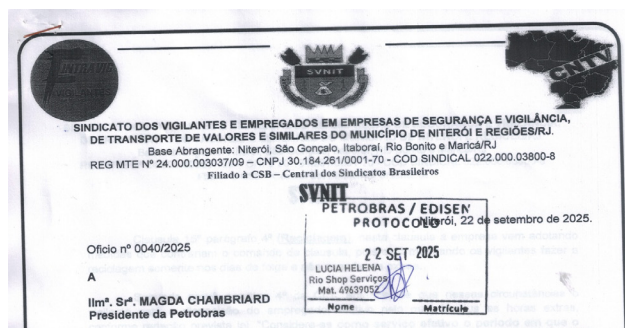
A pauta tratou do Auxílio Saúde e, após as discussões, houve posicionamento positivo da tomadora, que já possui processo administrativo de repactuação em andamento. Há expectativa de que, dentro de 30 dias, ocorra a efetiva implantação do plano.

Seguimos firmes na defesa dos direitos da categoria.

FONTE: SINDSEGUR RN

NITEROI / RJ

SVNIT oficia presidência da Petrobrás denunciando empresa VEPER



O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões (SVNIT) protocolou, nesta segunda-feira (22/09), um ofício junto à presidência da Petrobrás, comandada por Magda Chambriard, denunciando a empresa de segurança contratada VEPER por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

No ofício, o sindicato pede uma reunião com a presidente da estatal para cobrar providências e prestar esclarecimentos à categoria dos vigilantes.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

“Nos preocupa muito que uma empresa que não respeita a CCT da categoria ainda participe de licitação e fique em primeiro lugar. O pior: com um preço que sabemos que vai dar problemas futuros, como aconteceu com empresa Esquadra”, afirmou o presidente do SVNIT, Cláudio Vigilante.

O presidente disse que não aceitará que empresas de Segurança venham para o Rio de Janeiro e descumpram a convenção coletiva de trabalho.

“A Petrobras precisa respeitar os Sindicatos dos trabalhadores e assumir que também é responsável pelos contratos que assinam com as empresas terceirizadas. Já buscamos dialogar com o setor responsável mais infelizmente, ficaram em cima do muro”, denunciou Cláudio.

O sindicato permanecerá acompanhando a situação e adotando as providências necessárias em defesa do trabalhador

FONTE: SVNIT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF